



A Literatura Diante do Capitaloceno: Perspectivas Decoloniais para o Habitar da Terra

Literature in the Face of the Capitalocene: Decolonial Perspectives for Inhabiting the Earth

Bruna Maria Freitas de Sousa

Eduardo Matheus Reis

Resumo: Este estudo discute algumas das principais contribuições do pensamento decolonial, especialmente do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), para os estudos literários latino-americanos. Partindo da compreensão de 1492 como o marco inaugural do sistema-mundo moderno/colonial, analisa-se a noção de colonialidade em suas dimensões do poder, do ser e do saber, evidenciando como as categorias de raça, gênero e classe estruturam a Modernidade e suas formas de violência. Complementarmente, examina-se a incorporação dessas perspectivas aos estudos literários, destacando a literatura como um espaço de denúncia das marcas da colonialidade e de elaboração de epistemologias alternativas produzidas a partir do Sul Global. Em seguida, o texto propõe uma aproximação inicial entre a Literatura, a Decolonialidade e a Ecologia, indicando algumas das possibilidades analíticas que emergem dessa interlocução. Defende-se que a crise socioambiental contemporânea, compreendida no contexto do capitaloceno, demanda ferramentas teórico-analíticas capazes de evidenciar como as obras literárias representam, problematizam e ressignificam as relações entre humanos, não humanos e território, articulando memória, justiça socioambiental e crítica da modernidade. Nesse sentido, mobilizam-se contribuições de autores como Enrique Dussel (1994), Walter Mignolo (2003), Nelson Maldonado-Torres (2008), Édouard Glissant (1997) e Roland Walter (2013, 2015), bem como produções literárias que reafirmam uma ética biótica e um compromisso reabitador da Terra. Conclui-se que a literatura, ao recuperar cosmologias subalternizadas e propor outras formas de relação entre humanos e não humanos, constitui um espaço privilegiado de resistência à colonialidade e de construção de futuros plurais, contribuindo para a construção de um habitar decolonial da Terra.

Palavras-chave: decolonialidade; crítica literária; historiografia.

Abstract: This study discusses some of the main contributions of decolonial thought, particularly those of the Modernity/Coloniality (M/C) Group, to Latin American literary studies. Taking 1492 as the inaugural landmark of the modern/colonial world-system, it examines the notion of coloniality in its dimensions of power, being, and knowledge, highlighting how the categories of race, gender, and class have structured modernity and its forms of violence. It also explores the incorporation of these perspectives into literary studies, emphasizing literature as a space for exposing the marks of coloniality and for producing alternative epistemologies rooted in the Global South. The article then proposes an initial dialogue between Literature, Decoloniality, and Ecology, outlining some of the analytical possibilities emerging from this intersection. It argues that the contemporary socio-environmental crisis, understood within the context of the Capitalocene, requires theoretical and analytical tools capable of demonstrating how literary works represent, problematize, and reconfigure the relationships between humans, nonhumans, and territory, articulating memory, socio-environmental justice, and a critique of modernity. To this end, the article draws on the contributions of scholars such as Enrique Dussel, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Édouard Glissant, and Roland Walter, as well as literary works that reaffirm a biotic ethic and a commitment to reinhabiting the Earth.

It concludes that, by recovering subalternized cosmologies and proposing alternative ways of relating humans and nonhumans, literature constitutes a privileged space of resistance to coloniality and of imagining plural futures, contributing to the construction of a decolonial way of inhabiting the Earth.

Keywords: decoloniality; literary criticism; historiography.

INTRODUÇÃO

“Modernity/Coloniality is a form of metaphysical catastrophe that naturalizes war” (Nelson Maldonado-Torres, 2008).

“Écoutons le cri du monde” (Édouard Glissant, 1997).

“Nas Américas, a brutalização das pessoas é ligada à brutalização do espaço e essas brutalizações são enraizadas no passado” (Roland Walter, 2013).

Em 1492, foi o marco fundamental para que possamos compreender a origem do mito da Modernidade, as configurações estruturais da nova ordem de poder que passou a reger o globo desde então, bem como a materialização de distintas formas de violência que há séculos atingem todo o Sul Global e, de forma particular, os territórios que hoje compõem a América Latina. O chamado Descobrimento implicou não apenas na reconfiguração da concepção de mundo dos séculos XV e XVI, mas principalmente na formação e na consolidação do sistema-mundo moderno/colonial. Conquista, colonização e exploração dos corpos, das almas e dos territórios ameríndios como gestos fundantes da Modernidade: eis o ponto de partida das reflexões do Grupo Modernidade/Colonialidade (doravante M/C) (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005).

Surgido de uma ruptura interna com os *Subaltern Studies*, o grupo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das Ciências Sociais na América Latina: a radicalização do pós-colonial através do “giro decolonial”. À luz de contribuições prévias e de perspectivas teóricas já desenvolvidas, tais como a Filosofia da Libertação, de Enrique Dussel, a Teoria da Dependência, de Aníbal Quijano e a Teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein, o M/C revitalizou o pensamento latino-americano, oferecendo (re) leituras históricas acerca de aspectos políticos, sociais e econômicos da América Latina e problematizando velhas e novas questões do continente. Entre as principais contribuições do grupo encontram-se a releitura do sistema-mundo; a definição da noção de colonialidade em suas distintas dimensões, bem como o apontamento de como as categorias de raça, classe e gênero atuaram como aspectos fundantes do capitalismo mundial no século XVI.

Mais do que um conjunto de categorias analíticas voltadas à interpretação da experiência latino-americana, o pensamento decolonial consolidou-se ao longo das últimas duas décadas como um dos mais relevantes horizontes epistemológicos das Ciências Humanas contemporâneas. Ao questionar a pretensa universalidade do conhecimento eurocentrado e ao evidenciar a persistência das estruturas coloniais para além do fim das administrações coloniais, essa perspectiva redefiniu

problemas, objetos e métodos de investigação em diferentes campos do saber. História, Antropologia, Filosofia, Educação, Geografia e Estudos Literários, entre outras áreas, passaram a incorporar a colonialidade como a categoria central para compreender as permanências das hierarquias de poder, as disputas em torno da produção do conhecimento e os processos de subalternização de sujeitos, culturas e territórios. Nesse contexto, o giro decolonial não representa apenas uma revisão historiográfica ou teórica, mas uma inflexão interdisciplinar que amplia as possibilidades interpretativas das Ciências Humanas ao reconhecer a pluralidade de epistemologias, de cosmologias e de modos de habitar o mundo historicamente silenciados pela racionalidade moderno-colonial.

Isso posto, o presente texto busca discutir algumas das principais contribuições do Grupo Modernidade/Colonialidade para a historiografia e para os estudos literários latino-americanos. Interessa-nos, sobretudo, evidenciar as rupturas epistemológicas promovidas pelo grupo em relação às tradições críticas anteriores, bem como analisar de que modo suas formulações teóricas têm reorientado tanto a interpretação das obras literárias quanto a produção acadêmica no campo da crítica literária.

Ao final, o texto volta-se, especificamente, para as interfaces entre a Literatura, a Decolonialidade e a Ecologia, defendendo a pertinência dessa articulação diante da crise socioambiental contemporânea, compreendida no contexto do capitaloceno¹. Embora ainda se encontre em processo de consolidação, essa perspectiva revela-se particularmente fecunda por reconhecer que a degradação ambiental em curso constitui um desdobramento da própria matriz colonial do poder, marcada pela dupla fratura colonial e ambiental da modernidade (Ferdinand, 2022). Além disso, tal abordagem permite-nos compreender que uma ética-estética literária da Terra mobiliza, de forma indissociável, as dinâmicas de raça, gênero, classe e território, ao mesmo tempo em que amplia o diálogo entre a Crítica Literária, a Ecologia e o pensamento decolonial. Desse encontro emergem ferramentas interpretativas capazes de tensionar os próprios limites da teoria decolonial e de evidenciar o potencial da literatura para imaginar outras formas de habitar o mundo, em convergência com a proposta de Édouard Glissant (1997) para que escutemos o grito do mundo.

1 Conceito proposto como alternativa ao termo Antropoceno para enfatizar que a atual crise ecológica não decorre da ação indistinta da humanidade, mas das formas históricas de organização do capitalismo, marcadas pela expansão colonial, pela exploração intensiva da natureza e pela mercantilização da vida. Nessa perspectiva, a degradação ambiental é compreendida como resultado da lógica de acumulação do capital e de suas articulações com a modernidade e a colonialidade, e não como uma consequência genérica da presença humana no planeta (Moore, 2022).

RUPTURA E RENOVAÇÃO: ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE, DA SUA (RE) LEITURA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO/COLONIAL E DAS SUAS CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Como compreender a formação do sistema-mundo se deslocarmos o locus da enunciação transferindo-o do homem europeu aos/às indígenas das Américas? Ou, em outras palavras: Como compreendê-lo sob a ótica dos vencidos? Tais foram os questionamentos que deram base à releitura do sistema-mundo por parte dos teóricos do M/C. Para eles, a resposta é clara: O que chegou às Américas no final do século XV não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho centrado no fortalecimento do mercado à escala mundial. Apesar de crucial, esse é apenas um dos aspectos que compõem uma rede muito mais ampla cujos paradigmas políticos e cujas análises mais tradicionais do sistema-mundo não são capazes de explicar.

Conforme Grosfoguel (2008), se pensássemos na Era das Navegações sob uma ótica eurocêntrica, poderíamos considerar que as origens do sistema-mundo capitalista remontariam à concorrência interna entre os próprios impérios europeus, posto que o principal impulso à expansão foi encontrar rotas mais curtas ao Oriente a fim de facilitar o mercado marítimo à época. Nessa perspectiva, o sistema-mundo capitalista seria basicamente “um sistema econômico que determina o comportamento dos principais atores sociais através da lógica econômica da obtenção de lucro, manifestando-se na extração de excedentes e na incessante acumulação de capital à escala mundial” (Grosfoguel, 2008, p. 121). Daí resultaria uma concepção de capitalismo que privilegiaria as relações e as transformações estruturais puramente econômicas em detrimento daquelas regidas por demais formas de dominação.

Contudo, nas Américas instalou-se o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, munido por suas múltiplas hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo (Grosfoguel, 2008) e que logo se impuseram sobre as formas de organização sociopolítica, sobre as sensibilidades e sobre os modos de ser das sociedades americanas, quais sejam: 1) uma formação de classes de âmbito global na qual coexistem diversas formas de trabalho regidas pelo capital; 2) uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, sendo nesta última o trabalho organizado pelo capital conforme regimes autoritários ou coercivos; 3) um sistema de organizações político-militares controladas por europeus e institucionalizadas em administrações coloniais; 4) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os europeus ante os não-europeus; 5) uma hierarquia que privilegia os homens em detrimento às mulheres e o patriarcado europeu em relação a demais relações de gênero; 6) uma hierarquia sexual que privilegia a heterossexualidade; 7) uma hierarquia do sagrado que privilegia o Cristianismo em detrimento às espiritualidades outras: não-cristãs, não-europeias, não-legitimadas pela Igreja Católica; 8) uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais em relação ao conhecimento e às cosmologias não-

ocidentais e, por fim, 9) uma hierarquia linguística entre os idiomas europeus e os não-europeus que apenas admite a comunicação e a legítima produção de conhecimentos através dos primeiros, invalidando as produções dos últimos e, também, deslegitimando formas outras de expressão.

É de tais elementos que resulta a insuficiência da compreensão do sistema-mundo quando considerado unicamente mediante o prisma econômico. Consoante Grosfoguel (2008), mais pertinente e condizente com a trajetória das Américas junto à nova configuração global que emergiu ao final do século XV é considerá-lo como um todo histórico-estrutural heterogêneo interligado pela matriz colonial do poder (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005) que foi instaurada pelos processos de Conquista e Colonização e que determinou o papel fulcral do continente americano junto ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Desde então, através dos exercícios da dominação e da exploração colonial, tal matriz de poder tem atravessado e regido todas as dimensões da nossa vida social: sejam elas políticas, econômicas, de gênero ou sexualidade, religiosas/espirituais ou relativas às formas de relacionar-se com o meio ambiente e habitar a Terra. Da articulação entre tais hierarquias globais surge uma noção crucial para as discussões referentes à configuração e à manutenção das relações de poder no sistema-mundo moderno/colonial: a colonialidade do poder.

Amplamente utilizada ao longo das últimas décadas, a expressão denota um “processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Eis que entra em cena a ideia/construção ideológica da Modernidade que consistiu no princípio organizador que estruturou todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo: a raça. A imposição da diferença, da pureza de sangue e de uma pretensa superioridade étnica branca que passou a ditar a divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal mundial foi um fenômeno inédito que surgiu com e pela Colonização das Américas. Nos termos de Quijano (2005, p.342):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Para além disso, aponta para o fato de que as “múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Daí faz-se possível afirmar que as relações de colonialidade perduram mesmo findado o colonialismo. Apesar do fim das administrações coloniais e da organização da maioria das periferias em Estados independentes, ainda se evidenciam formas coloniais de dominação constantemente

(re)produzidas pelas culturas coloniais e pelo próprio funcionamento do sistema-mundo moderno/colonial. Em outras palavras, saímos da era do colonialismo global e entramos na era da colonialidade global.

Fator indissociavelmente constitutivo da Modernidade, a colonialidade reproduz-se em três principais dimensões: a do poder, a do ser e a do saber (Maldonado-Torres, 2008), todas interligadas às principais formas de controle/dominação que constituem a estrutura da matriz colonial do poder, a saber: o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, da subjetividade ou do conhecimento, assim como da natureza e dos recursos naturais (Mignolo, 2003).

Junto à raça, gênero e classe também foram duas categorias essenciais à formação do capitalismo mundial do século XVI. É nessas três concomitantes dimensões que se organizam e se reproduzem as relações de exploração e dominação à escala global, regidas conforme as divisões entre centros e periferias, que por sua vez coincidem com as hierarquias raciais tecidas entre europeus e não-europeus. O que tal compreensão mais ampla do sistema-mundo moderno/colonial e a colonialidade do poder trazem de novo é o modo pelo qual as ideias de raça e racismo figuram como o princípio organizador que estrutura todas as heterarquias do sistema-mundo (Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005). Contrariamente ao que poderia-se depreender se pensássemos em 1492 e na formação do sistema-mundo desde uma perspectiva eurocêntrica, tais abordagens evidenciam que fatores como “a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que crescem às estruturas econômicas e políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo pacote enredado a que se chama sistema-mundo moderno-colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 124).

Estabelecido nesses termos, o mito da Modernidade instituiu uma “práxis irracional da violência” (Dussel, 1994, p. 49), ocultando a colonialidade (o seu outro lado constitutivo) e materializando-se de distintas formas sobre os corpos e saberes que por ele passaram a ser subalternizados. Desde então:

1. Acivilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e europeu, o que determina, novamente de modo inconsciente, a “*falácia desenvolvimentista*”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de

um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a *destruição ecológica*, etc.). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização dos outros povos atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil (Dussel, 1994, p. 49, grifos nossos).

Foi através da divinização ontológica que se deram as justificativas para tais condutas conquistadoras, imperiais e guerreiras em solo americano. Com a Colonização das Américas, surgiu e consolidou-se uma das principais lógicas epistêmicas da expansão colonial europeia, fundamental à legitimação da falácia desenvolvimentista e da pretensa humanização das diversas civilizações americanas que foi almejada desde 1492: o *ego conquiro*, precedente do *ego cogito* cartesiano. Grosso modo, o *ego conquiro* respalda o pensamento de que aos conquistadores e colonizadores europeus de fato coube, única e incontestavelmente, a tarefa de civilizar aqueles que por eles eram considerados selvagens, bárbaros ou mesmo não-humanos, ainda que para tal feito fosse necessário o uso da força ou a condução da guerra justa colonial². Eis os princípios da materialização do Eu conquisto, então eu sou colonial europeu (Dussel, 1994; Stromback, 2024). Do “eu conquisto, colonizo e cristianizo” lançado às civilizações indígenas em todo o continente americano, do “eu escravizo” direcionado aos negros da África traficados e negociados pelos metais conseguidos através da morte de indígenas no fundo das minas, ou ainda do “eu venço” relativo às guerras conduzidas no Oriente é que subjaceu a lógica cartesiana do posterior *ego cogito*.

Nessa direção, faz-se possível que visualizemos três indissociáveis e complementares teses acerca da colonialidade e das suas implicações elaboradas por Maldonado-Torres (2016)³, quais sejam: 1) a tese três, consoante a qual a Modernidade/Colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra, 2) a tese quatro, segundo a qual os efeitos imediatos da Modernidade/Colonialidade incluem a naturalização do extermínio, da expropriação, da dominação, da exploração, da morte precoce e de condições piores que a morte, tais como a tortura e o estupro e 3) a tese cinco, que aponta para o fato de que a colonialidade envolve transformações radicais do poder, do saber e do ser que conduzem às colonialidades do poder, do saber e do ser, respectivamente.

2 Tal fato resultou da já mencionada pretensa superioridade europeia que, junto ao “constante ceticismo projetado sobre a total humanidade alheia tomou lugar no contexto da mais ambiciosa expansão de quaisquer territórios na história da humanidade: a expansão iniciada da metade para os finais do século XV e que continua até os dias de hoje. A Europa tornou-se moderna no processo de Conquista e Colonização, [sendo este] um processo que fez do colonialismo mais do que uma prática, uma lógica organizadora e uma modalidade do saber, poder e ser, que é a colonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 11, tradução e acréscimos nossos).

3 Referimo-nos ao seu texto intitulado “Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality”.

Por um lado, a tese três postula que:

No que se refere às concepções de humanidade e aos ideais de contato inter-humano, a Modernidade/Colonialidade representa uma verdadeira *catástrofe metafísica* (o que representa um “declínio”) através da qual as populações do mundo começaram a ser divididas *não apenas de acordo com práticas ou crenças específicas, mas sim em graus de humanidade*. Dita catástrofe pode ser considerada metafísica *porque transformou o sentido e a relação de áreas básicas do saber e do ser, particularmente o eu e o outro, junto com a temporalidade e a espacialidade, entre outros conceitos-chave na estrutura básica que constitui nosso mundo humano*. Essa catástrofe metafísica é baseada e ajudou o avanço das catástrofes demográficas do genocídio dos povos indígenas das Américas, bem como a escravidão racial, entre outras formas de massacre e de desumanização sistemática no início do mundo moderno. Ambas as catástrofes demográficas e metafísicas continuaram e continuam na colonização da Ásia, da África, da Austrália e de todos os outros territórios periféricos e colonizados no mundo moderno. A catástrofe metafísica também é a base do Estado-nação e dos modelos educacionais que são continuamente adotados como “modernos” e, portanto, presumivelmente superiores a quaisquer outros (Maldonado-Torres, 2016, p. 11, tradução e grifos nossos)⁴.

Isso posto, vê-se que tal catástrofe metafísica constitui-se de distintas instâncias que se relacionam e se fortalecem mutuamente, a saber: a geopolítica, a nacional, a intersubjetiva e a subjetiva. Juntas, alteram os sentidos das dinâmicas que nelas ocorrem à medida que transformam “um potencial mundo de relações humanas em um [outro] de permanentes formas de conquista, de colonização e de guerra”⁵ (Maldonado-Torres, 2016, p. 12, tradução e acréscimos nossos), dinâmica outrora denominada como sendo o paradigma moderno-colonial da guerra (Maldonado-Torres, 2008). Este, por sua vez, funda-se nos sucessivos processos de desumanização emergentes a fins do século XV ou, ainda, nos termos de Maldonado-Torres (2016), na definição das zonas de ser humano, das zonas de

4 Originalmente: “When it comes to conceptions of humanity and to ideals of inter-human contact, modernity/coloniality represents a veritable catastrophe (which means a “down-turn”) whereby the world populations started to be divided according to, not merely specific practices or beliefs, but degrees of being human. This catastrophe can be considered metaphysical because it transformed the meaning and relation of basic areas of thinking and being, particularly the self and the other, along with temporality and spatiality, among other key concepts in the basic infrastructure that constitutes our human world. Both demographic and metaphysical catastrophe continued and continue in the colonization of Asia, Africa, Australia and all other colonized and peripheralized territories in the modern world-system. Metaphysical catastrophe is also the basis for nation-state and educational models that are continually embraced as “modern” and therefore presumably superior to any others” (Maldonado-Torres, 2016, p. 11).

5 “It turns a potential world of human relations into one of permanent forms of conquest, colonialism and war. I have referred to this elsewhere as the modern-colonial paradigm of war” (Maldonado-Torres, 2016, p. 12).

não-ser humano ou ainda das zonas de não sê-lo suficientemente, todas igualmente resultantes da profunda cisão na percepção de humanidade ocasionada pela própria catástrofe metafísica. Destarte, delineia-se um mundo pela e para a desumanização dos sujeitos colonizados, no qual estes encontram-se em constante conflito tanto contra aqueles que os subjugaram à condição da não-humanidade quanto contra si mesmos, “tentando aniquilar qualquer traço negro, nativo ou colonizado, interna e externamente, enquanto também encontram-se em guerra uns com os outros para alcançar os mesmos propósitos” (Maldonado-Torres, 2016, p. 14, tradução nossa)⁶. Eis uma das diversas microagressões que os atingem.

Em direção semelhante, a quarta tese versa sobre alguns dos principais fenômenos decorrentes da naturalização da guerra que são subsequentes à consolidação do *ego conquiro*, bem como das suas consequências sobre os corpos e territórios por ele atingidos. Ações tais como a dominação, os distintos usos da violência física ou psicológica, a exploração dos seres ou dos recursos naturais e afins levam-se a cabo e justificam-se de forma natural em contextos coloniais de guerra, não apenas como respostas a conflitos ou situações prévias específicas, mas sobretudo como “formas de estar em consonância com a *reconhecida ordem da natureza e do mundo*” (Maldonado-Torres, 2016, p. 17, grifos nossos)⁷ que há muito rege o sistema-mundo moderno e as relações de colonialidade por ele (re) produzidas. Afinal:

Assim como o colonialismo, a colonialidade envolve a expropriação da terra e dos recursos. Diferentemente do colonialismo tradicional no qual a expropriação dá-se primeiramente mediante formas diretas de conquista de um grupo sobre outro, sob a modernidade/colonialidade a expropriação também ocorre a partir da lógica do mercado e do moderno Estado-nação. Isso conduz a uma condição nas colônias na qual seus sujeitos nativos e colonizados continuam experimentando várias *formas de desapropriação mesmo após a independência*. Nesse processo, a terra e os recursos são usurpados, mas *também o são quaisquer possibilidades dos sujeitos colonizados e desumanizados emergirem como sujeitos encarnados que podem propriamente dar, receber, pensar, criar e agir*. Os colonizados são destinados a serem *corpos sem-terra, pessoas sem recursos e sujeitos desprovidos de autonomia e autodeterminação* cujo desejo constante é serem outros que não eles mesmos (Maldonado-Torres, 2016, p. 17, tradução e grifos nossos)⁸.

6 “[...] trying to kill any trace of the black, native, and colonized within and without, while also being at war with each other to achieve the same purpose” (Maldonado-Torres, 2016, p. 14).

7 “[...] as ways to be in accordance to the perceived order of nature and the world” (Maldonado-Torres, 2016, p. 17).

8 “Like colonialism, coloniality involves the expropriation of land and resources. Unlike traditional colonialism in which expropriation primarily takes place through direct forms of conquest of one group over another, under modernity/coloniality expropriation happens also through the logic of market and of modern nation-states. This leads to a situation of colonies where their native and colonized subjects continue experiencing vast forms of dispossession even after independence. In this process land and resources are taken away, but so also

São corpos comumente fadados à desterritorialização e à subvalorização. Corpos daqueles que desde 1492 e até os dias atuais, findos os regimes estritamente coloniais, ainda são atravessados por diversas formas de exploração e de violência intrínsecas ao (neo)colonialismo. Corpos para os quais o tempo de vida corresponde muito menos ao tempo de produção e mais ao tempo de sobrevivência, à espera de distintas formas de depreciação, abuso e violação que possam vir a atingi-los. Corpos-territórios majoritariamente situados no Sul Global e que, particularmente na América Latina, têm existido como “dispositivos de disputas, as quais podem ser tracionadas para reverberar o projeto civilizatório advindo das caravelas, mas que também conseguem se insurgir e prospectar nas brechas e gretas as potências políticas de tensionamentos da estrutura social” (Miranda, 2022, pp. 92-93). Corpos mutáveis e desviantes que enfrentam as ramificações das colonialidades do poder, ser e saber à medida em que exercem “a lente de compreensão de que muitas das peles que compõem a organicidade das [suas] decisões precisam ser trocadas para [ser e] sentir um outro território que se encontra encoberto pelas imposições coloniais” (Miranda, 2022, p. 93, acréscimos nossos). Corpos nos quais residem cosmogonias e cosmovisões que apontam para outras formas de ser e de habitar a Terra. Por vezes situados às margens da margem, podem ser os corpos-aldeia, os corpos-quilombo ou ainda os corpos-terreiro.

Eis algumas das considerações basilares do pensamento decolonial que mais têm ecoado na produção e na crítica literária das últimas décadas. A partir delas, pesquisadores têm se dedicado a mapear de que forma as obras literárias refletem a consolidação da *práxis irracional da violência* (Dussel, 1994) instaurada nas Américas desde 1492, bem como as formas pelas quais a colonialidade (em todas as suas dimensões) se inscreve na estética literária de autores majoritariamente (mas não só) pertencentes ao Sul global e cujas obras nos permitem analisar como são tecidas as dinâmicas locais de poder.

Nesse movimento, têm sido fundamentais os autores latino-americanos, indígenas, chicanos, caribenhos, africanos, afrodescendentes e árabes cujas produções literárias evidenciam a diferença colonial e propõem alternativas à lógica moderna/colonial responsável pela brutalização dos corpos, das almas e das terras. Alejo Carpentier, Maryse Condé, Toni Morrison, Linda Hogan, Margaret Atwood, Jamaica Kincaid, Édouard Glissant, Patrick Chamoiseau, Ralph Ellison, Nicolás Guillén, Candelario Obseso, Juan Rulfo, Gabriel García Márquez, Conceição Evaristo, Bernard Assiniwi e muitos outros são exemplos dos que recuperam, pela literatura, o que Galeano incisivamente denominou como sendo “*la mémoire brisée*” das Américas dentro de uma não-história esquizofrênica, nos termos de Glissant (1997). Uma ou muitas histórias caracterizadas pela catástrofe metafísica (Maldonado-Torres, 2016) da Modernidade. Uma catástrofe metafísica que, baseando-se na divinização ontológica e no *ego conquiro* precedente do *ego cogito*

are the very possibilities for the colonized and dehumanized self of emerging as embodied subjects that can properly give, receive, think, create and act. The colonized are meant to be bodies without land, people without resources, and subjects without the capacity for autonomy and self-determination whose constant desire is to be other than themselves” (Maldonado-Torres, 2016, p. 17).

cartesiano, respalda e legitima as diversas brutalizações, violações e explorações às quais são submetidos os corpos-território (Miranda, 2022) do Sul global e que afetam toda a biota.

“Um crime foi cometido aqui mesmo há muito, muito tempo”, alerta-nos Xantippe em *Crossing the Mangrove*, de Maryse Condé. “*A mistake was made somewhere. I’m confused. I too have become acquainted with ambivalence*”, diz o narrador sem nome em *Invisible Man*, de Ralph Ellison. “O que acontece com as pessoas e o que acontece com a natureza é a mesma coisa”, pontua Linda Hogan. Eis algumas das possíveis contribuições do pensamento decolonial para a Crítica Literária: mapear esse erro cometido há muito tempo e que é fundacional das sociedades americanas, analisar as microagressões (Maldonado-Torres, 2016) e os efeitos de confusão e ambivalência que causou (e ainda causa) nos sujeitos que foram lançados às zonas de não-ser humano (Maldonado-Torres, 2016) e que são constantemente atravessados pela colonialidade do poder, do ser e do saber. Não menos importante: contribuir para o restabelecimento de uma ética-estética que reafirme o nosso compromisso reabilitador da terra. Ou em outros termos: decolonizar a não-história esquizofrênica (Glissant, 1997) vivida pelos seres (humanos/vegetais/animais) e pelos territórios saturados pelos distintos traumas da Conquista.

Evidencia-se, assim, que o pensamento decolonial não apenas renovou as categorias de análise da crítica literária, mas também ampliou seu horizonte ético e político ao incorporar a natureza como dimensão constitutiva das relações de poder, do ser e do saber. Nisso, a literatura deixa de ser compreendida apenas como um espaço de representação das violências da Modernidade/Colonialidade para afirmar-se como um campo privilegiado de elaboração de outras epistemologias, sensibilidades e formas de habitar a Terra. É justamente a partir dessa potência crítica que se torna possível indagar o lugar da literatura diante do maior desafio do nosso tempo: a crise ecológica do capitaloceno.

O QUE PODE A LITERATURA DIANTE DO CAPITALOCENO?

Não apenas sobre os corpos e as subjetividades ameríndias recaiu a pretensa superioridade europeia. Emergente em 1492, o *ego conquiro* (Dussel, 1994) estendeu-se também à natureza, instaurando e respaldando uma lógica de apropriação que submeteu toda a biota à condição de recurso infindavelmente explorável, destituído de agência e de seu valor intrínseco. A colonialidade da natureza constitui, assim, uma dimensão indissociável da colonialidade do poder, legitimando a cisão entre humanidade e mundo natural que ainda sustenta as formas contemporâneas de exploração ambiental.

Diversos aspectos dessa degradação têm sido tematizados pela literatura como desdobramentos diretos da lógica colonial de dominação. Entre eles, destacam-se a devastação florestal, a extração intensiva e predatória de recursos naturais, as queimadas que destroem ecossistemas inteiros e o consequente extermínio de plantas e animais que ameaça a biodiversidade. Somam-se a esses

processos a intensificação de enchentes e secas provocadas pela alteração forçada dos ciclos da terra e da água, bem como as migrações compulsórias delas decorrentes, atingindo sobretudo os corpos-território (Miranda, 2022) indígenas, ribeirinhos e camponeses. Tais representações evidenciam a íntima relação entre violência ambiental e violência social, inscrevendo no imaginário estético a crítica às imposições coloniais que continuam a determinar nossos modos de habitar a Terra.

Como tais práticas literárias articulam conceitos da natureza dentro de padrões culturais específicos? Como refletem as relações entre seres humanos e formas de vida não humanas? Quais valores são atribuídos a cada uma dessas formas de vida e por quê? Como as percepções da natureza moldam gêneros literários específicos? Como essas imagens ecológicas contribuem para a construção de novas atitudes humanas, políticas e sociais comprometidas com a vida? Como o território estrutura ideologicamente essas narrativas? Que temporalidades e memórias elas mobilizam? E, não menos importante, como a identidade individual e coletiva se articula à geografia? Questões como essas têm orientado parte significativa da crítica literária ecológica contemporânea, evidenciando o potencial da literatura para problematizar as relações entre natureza, cultura, memória e poder.

Nessa direção, diferentes pesquisadores têm desenvolvido categorias capazes de apreender as especificidades das representações literárias da natureza sem dissociá-las das dinâmicas históricas da colonialidade. Ao aproximar Crítica Literária, Ecologia e pensamento decolonial, esse esforço amplia as possibilidades interpretativas dos textos literários e evidencia seu potencial para pensar as relações entre memória, território, justiça socioambiental e formas de habitar a Terra.

Entre essas contribuições, destacam-se as formulações de Walter (2013; 2015), sobretudo por meio dos conceitos de inconsciente ecológico e memória biótica. Se, para Jameson (1992), o inconsciente político corresponde à revolução cultural ainda ausente que poderia transformar a ordem social vigente, para Walter (2015), o inconsciente ecológico representa a igualmente necessária revolução ecológica, fundada na substituição da episteme antropocêntrica por uma ética biótica. Trata-se da passagem de uma racionalidade baseada na exploração para uma consciência planetária, conforme sugerida por Glissant (1997), e sintetizada na afirmação do líder indígena Chief Joseph: *The Earth and I are of one mind*.

Ser da mesma mente que a Terra significa reconhecer que os traumas da Conquista que atravessam rios, florestas, animais e territórios também atravessam a existência humana, constituindo uma memória compartilhada entre diferentes formas de vida. Trata-se de abandonar a lógica da dominação em favor de uma ética do estar-com, fundada no reconhecimento da interdependência entre humanos e não humanos e no compromisso de habitar a Terra sem degradá-la. É precisamente essa ética biótica que numerosas obras literárias têm inscrito em suas poéticas e que a crítica literária ecodecolonial vem buscando evidenciar ao reconhecer a literatura como espaço de elaboração de outras ontologias, sensibilidades e formas de relação com o mundo.

Autores como Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Patrick Chamoiseau, Édouard Glissant, Toni Morrison, Alejo Carpentier, Maryse Condé, Linda Hogan e Fatou

Diome, entre muitos outros, exemplificam como a literatura tem reiteradamente convocado uma ética biótica ao reinscrever, no plano estético, a urgência de uma revolução ecológica capaz de superar a lógica destrutiva do humanismo colonial. Ao mesmo tempo, suas obras atualizam aquilo que Walter (2013) denomina memória biótica, compreendida como uma memória que vincula diferentes espécies em suas experiências compartilhadas e traduz um radical compromisso habitador da Terra. Nesse sentido, a Literatura atua como um dispositivo de decolonização do poder, do ser, do saber e da própria natureza, desestabilizando a hierarquia ontológica produzida pela dupla fratura colonial e ambiental da Modernidade (Ferdinand, 2022) e reinscrevendo a Terra como sujeito relacional, e não como mero objeto de dominação.

Em direção semelhante, a coletânea *Depois do Fim: Conversas sobre Literatura e Antropoceno* amplia esse horizonte crítico ao reunir reflexões que evidenciam como as narrativas literárias problematizam a historicidade da devastação ambiental e interrogam os pressupostos antropocêntricos que sustentam a racionalidade moderna. Ao explorar a agência dos seres não humanos, as múltiplas temporalidades da crise ecológica e as cosmologias produzidas nas margens da modernidade, a obra reafirma o potencial da literatura para desestabilizar dicotomias como natureza/cultura, humano/não humano e centro/periferia. Mais do que tematizar a degradação ambiental, seus ensaios demonstram que a escrita literária constitui um espaço privilegiado para a elaboração de outras ontologias, sensibilidades e formas de habitar a Terra, aproximando-se das formulações de Walter (2013, 2015) acerca do inconsciente ecológico e da memória biótica.

Em conjunto, essas contribuições evidenciam que uma crítica literária ecodecolonial não se limita à identificação de temas ambientais nas obras, mas propõe uma transformação das próprias categorias por meio das quais lemos as relações entre a literatura, o território e a vida. Ao reconhecer a interdependência entre humanos e não humanos e recuperar saberes historicamente subalternizados pela colonialidade, essa perspectiva amplia o alcance da crítica literária, convertendo-a em um espaço de reflexão ética, política e ecológica comprometido com a construção de modos outros de existir e de habitar a Terra.

Essa reflexão adquire um sentido ainda mais urgente diante daquilo que os ecologistas denominam *tipping point* : o limiar crítico a partir do qual determinados sistemas ecológicos ultrapassam níveis de resiliência e passam a sofrer transformações irreversíveis (Lamberson, Page, 2012). Em um contexto como esse, o capitaloceno deixa de constituir apenas uma categoria interpretativa da crise ambiental para tornar-se também um problema ético, político e estético. Perguntar o que pode a literatura diante do capitaloceno significa, portanto, perguntar quais imaginários ainda somos capazes de construir quando a própria continuidade da vida se encontra ameaçada.

Evidentemente, a literatura não interrompe o avanço das queimadas, não reduz as emissões de carbono nem restaura, por si só, ecossistemas devastados. Sua potência reside em outra dimensão. Ao reorganizar a experiência sensível, deslocar perspectivas antropocêntricas e reinscrever a agência de rios, florestas,

animais, plantas e povos historicamente subalternizados, ela transforma as formas pelas quais compreendemos a crise ecológica. Antes de oferecer soluções técnicas, produz condições de inteligibilidade para que outras formas de existência se tornem imagináveis e, por isso mesmo, politicamente possíveis.

Talvez seja precisamente essa sua maior contribuição diante do capitaloceno. Se o *tipping point* designa o momento em que um sistema ecológico ultrapassa um limiar de irreversibilidade, a literatura pode ser compreendida como um espaço de resistência ao *tipping point* imaginativo da Modernidade: o instante em que uma civilização deixa de ser capaz de conceber modos outros de coexistência com a Terra. Como supracitado, toda devastação ambiental foi precedida pela consolidação da matriz moderno-colonial de poder, que reduziu a natureza à condição de objeto de exploração, silenciou cosmologias fundadas na reciprocidade entre humanos e não humanos e legitimou a separação ontológica entre a humanidade e a biota. Ao recuperar essas memórias, reinscrever outras ontologias e ampliar o horizonte do sensível, a literatura participa da construção de uma imaginação decolonial comprometida com a vida. E na era do capitaloceno, reafirmar outras formas de habitar o mundo deixa de ser um exercício exclusivamente estético para tornar-se uma necessidade ética, política e civilizatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, evidenciamos que as formulações do Grupo Modernidade/Colonialidade promoveram uma profunda renovação epistemológica nas Ciências Humanas ao deslocar o olhar sobre a constituição da Modernidade e explicitar a permanência das estruturas coloniais para além do colonialismo histórico. Ao reconhecer a colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza como dimensões constitutivas do sistema-mundo moderno, essa perspectiva ampliou significativamente as possibilidades interpretativas da historiografia e dos Estudos Literários, oferecendo instrumentos teórico-críticos capazes de compreender a literatura como um espaço de disputa de imaginários, de produção de conhecimento e de resistência às diferentes formas de violência que continuam a atravessar o Sul Global.

Nessa direção, argumentamos que a aproximação entre a Literatura, a Decolonialidade e a Ecologia constitui um dos desdobramentos recentes mais fecundos do giro decolonial. Longe de restringir-se à identificação de temas ambientais nas obras, essa perspectiva permite compreender como a literatura problematiza a dupla fratura colonial e ambiental da Modernidade, reinscreve a agência da biota, recupera cosmologias historicamente subalternizadas e contribui para a construção de uma ética biótica comprometida com outras formas de habitar a Terra. Ferramentas teórico-analíticas como o inconsciente ecológico, a memória biótica e o compromisso reabilitador da Terra são algumas das que evidenciam que a escrita literária não apenas representa a crise ecológica, mas também participa da elaboração de novos horizontes éticos, políticos e estéticos para enfrentá-la.

Diante da aceleração da crise climática e da aproximação de pontos de não retorno ecológicos (*tipping points*), essa discussão adquire uma urgência que ultrapassa o campo dos Estudos Literários. Se a colonialidade instituiu uma racionalidade que legitimou a exploração dos corpos, dos territórios e da natureza, o desafio contemporâneo consiste em construir formas de pensamento capazes de romper com essa herança. Nesse processo, a literatura não substitui a ação política, a ciência ou a elaboração de políticas públicas, mas intervém em uma dimensão igualmente decisiva: a da imaginação. Ao ampliar os limites do sensível, questionar hierarquias ontológicas e tornar visíveis outras cosmologias e modos de existência, ela contribui para descolonizar os imaginários que sustentam a crise ecológica contemporânea.

Assim, responder à pergunta que orientou este trabalho (o que pode a literatura diante do capitaloceno?) significa reconhecer que sua potência reside menos na oferta de soluções imediatas do que na capacidade de transformar as condições pelas quais compreendemos a vida, a natureza e nossa inserção no mundo. Em tempos marcados pela intensificação das desigualdades socioambientais e pela iminência de limiares ecológicos irreversíveis, representar e legitimar outros modos de coexistência entre humanos e não humanos deixa de constituir apenas um exercício estético para afirmar-se como uma missão ética, política e civilizatória. É nesse sentido que a literatura se revela um espaço privilegiado para a construção de um horizonte decolonial comprometido com a pluralidade das formas de vida e com a possibilidade de reabitar a Terra.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, E. **1492: El encubrimiento del Otro**. La Paz: Plural Editores, 1994.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GLISSANT, É. **Poetics of relation**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 80, p. 115-147, 2008.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.

LAMBERSON, P. J.; PAGE, S. E. Essay: tipping points. **Quarterly Journal of Political Science**, New Haven, v. 7, n. 2, p. 175-208, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. **Against war: views from the underside of modernity**. Durham: Duke University Press, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. **Outline of ten theses on coloniality and decoloniality**. Fondation Frantz Fanon, 2016. Disponível em: <https://>

caribbeanstudiesassociation.org/docs/Maldonado-Torres_Outline_Ten_Theses-10.23.16.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2026.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, E. Corpo-território decolonial. In: LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (org.). **Suleando conceitos em linguagens**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

MOORE, J. (Org.). **Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

STROMBACK, D. **The ego conquiro as the paradigm of modern imperialism and its violence against the struggle for epistemic justice**. Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, v. 11, n. 2, p. 24-43, 2024.

WALTER, R. **Multi-trans-intercultural: literatura, teoria pós-colonial e ecocrítica**. In: SEDYCIAS, João (org.). **Repensando a teoria contemporânea**. Recife: Editora UFPE, 2015.

WALTER, R. **Traços-memórias na literatura das Américas: Margaret Atwood, Linda Hogan, Maryse Condé e Benedicto Monteiro**. Alea: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-28, 2013.